



PREGÃO ELETRÔNICO

38/2026

90038/2026 - (Compras.gov.br)

CONTRATANTE (UASG)

(986713)

REPARTIÇÃO INTERESSADA

Secretaria Municipal de Educação

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 567.600,00 (Quinhentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/06/2026 às 10 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00008332/2026-53

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio da **Secretaria Municipal de Educação**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, Decreto Municipal nº 22.144, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor valor global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será global, sem parcelamento, devendo o fornecimento ser realizado integralmente por uma única empresa, individualmente ou em consórcio.

1.4. A presente licitação é destinada a **ampla participação** de todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que atendam às condições deste Edital, inclusive ME e EPP.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 3

Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual- MEI.

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Considerando a natureza do objeto desta licitação, se aplicam a eles as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 4

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 5

intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. No que concerne aos **itens 2.6.2 e 2.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 6

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos **itens 3.4.1 e 3.4.2** subsequentes.

3.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do **item 2.5**.

3.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no **item 3.4.1** ou no **item 3.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no **item 2.10**).

3.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 7

sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A falsidade da declaração de que tratam os **itens 3.3 e 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário km e valor global

4.1.2. Marca e modelo

4.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 8

para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 9

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 10

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 11

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do **item 2.5**.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado. (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no **item 5.11**).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 12

5.19.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 13

5.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no **item 2.6** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

6.2. A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 14

fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 2.5 e 3.4** deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o **item 6.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 7**.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 15

desde que insanável.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste **item 7**, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.4. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 16

publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

7.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (inexistência de débitos em dívida ativa) quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 17

7.14. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, **relativos aos débitos inscritos em Dívida Ativa.**

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.19. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

7.19.1. As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** expedida via sistema **e-Saj**, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**, e também a Certidão emitida pelo seu sistema **eproc**, denominada "**COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL**", podendo o Agente de Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante;

7.19.1.1. Sites para a obtenção das certidões do **item 7.19.1**, conforme os links disponibilizados pelo **TJSP** em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>:

a) sistema **e-Saj**: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

b) sistema **eproc**: <https://certidoes.tjsp.jus.br/>



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 18

7.19.2. Prova de capital social mínimo ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para o(s) grupo(s) pretendido(s).

7.19.3. Comprovação da boa situação financeira através da apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.19.3.1. Quando se tratar de Sociedade Anônima, esta deverá apresentar comprovante de publicação da documentação referida no item acima, no órgão de imprensa oficial.

7.19.3.2. Quando se tratar de Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Comissão de Licitação se reservará o direito de exigir a apresentação do Livro DIÁRIO em que o Balanço foi transcrito, para o efeito de verificação dos valores apresentados.

7.19.3.3 As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) estão dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis apenas para fins fiscais, mas, para a presente licitação, é obrigatória a apresentação destes documentos.

7.19.3.4. Para as empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil) poderão apresentar as demonstrações digitais desde que impressas.

7.19.3.5. A boa situação financeira será comprovada através de cálculo dos índices contábeis a seguir descritos, os quais serão extraídos da documentação contábil apresentada.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) > ou = 1,00 ONDE:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) > ou = 1,00 ONDE:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (IE) < ou = 0,50 ONDE:

$$\text{IE} = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$$



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 19

7.19.4. As fórmulas acima deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, assinado por profissional competente.

7.19.5. Em caso de consórcio será admitido o somatório das empresas consorciadas, para fins de comprovação de capital social ou patrimônio líquido.

7.19.6. As empresas consorciadas deverão apresentar toda a documentação constante neste item.

7.19.7. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em Lei.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.20. Comprovação de aptidão da proponente por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a licitante tenha prestado serviços similares ao objeto da licitação, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o quantitativo mínimo correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021.

7.20.1. Será aceito somatório de atestados.

7.20.2. Na hipótese de consórcios aplicar-se-ão as regras previstas no art. 67, §10 e §11 da Lei Federal 14.133/2021.

7.20.3. No caso de atestados obtidos em fornecimentos executados em consórcio serão considerados apenas os fornecimentos efetivamente executados pela licitante, comprovados com o termo de constituição do consórcio e/ou dentro de seu percentual de participação no contrato.

7.20.4. O(s) atestado(s) de fornecimento(s) deverá(ão) ser compatível(is) ao objeto.

7.21. Não será aceita nota fiscal como atestado.

7.22. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.22.1. APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

7.22.1.1 - Declaração de vistoria das rotas (Item 4.3 - ANEXO I - 1A)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 20

7.22.1.2 - A visita pode ser agendada preferencialmente através do telefone 4798-5900 (Divisão de Transporte) com Jefferson Figueiredo de Moraes ou Jéssica Aparecida de Sousa Barboza Caldeira, ainda, através do e-mail: transporteescolar@se-pmmc.com.br.

7.22.1.3 - Nos termos do art. 63, §3º da Lei Federal 14.133/2021, o(s) licitante(s) que optar(em) por **não realizar a visita técnica** deverá(ão) apresentar declaração formal assinada por seu responsável de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **ANEXO I - 1B**.

7.22.1.4 - A visita técnica, que é facultativa, tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

7.22.2 - Declaração que atende aos requisitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental - (Item 4.4 do ANEXO I - Termo de Referência).

7.23. Tratando-se de consórcio:

7.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 21

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

7.23.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

7.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

7.24. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

7.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

7.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

7.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 22

pelo órgão fiscalizador;

7.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

7.24.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.24.9. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.24.10. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.24.11. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

7.24.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.25. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que vigente e compatível com o objeto da licitação, devendo o licitante apresentar eventual documentação complementar não contemplada no referido cadastro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.27. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 23

lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.28. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.29. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.30. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.30.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.31. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.31.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.32. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.32.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.33. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.33.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 24

7.34. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.34.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.34.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.35. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.36. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no **item 6.6.1**.

7.37. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

7.38. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do **item 2.5**.

7.39. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no **item 13** deste Edital.

7.40. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. Julgada a licitação, após homologado o resultado da licitação, o(s) licitante(s) mais bem



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 25

classificados será(ão) notificado(s) para assinatura do Contrato, conforme modelo anexo a este edital, na presença de duas testemunhas, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.

8.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. O prazo do **item 8.2** poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:

9.1. O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

9.1.1. Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

9.1.2. Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

a) Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 26

(Internet Protocol);

- b)** Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;
- c)** Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;
- d)** Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

9.2. Para a realização das diligências mencionadas no item **9.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

9.2.1. Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados acima;

9.2.2. Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Portal de Compras Públicas, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

9.3. A identificação de uma ou mais das situações descritas nos subitens **9.1.1** e **9.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.

9.4. A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

9.5. Ocorrendo a hipótese dos itens **9.3** e **9.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

10. DOS RECURSOS



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 27

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas, localizado na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar - Centro Cívico - Prédio Sede da Municipalidade, no horário das 8h00 às 17h00.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 28

11- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Pelas infrações previstas no **item 11.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I** – Advertência;
- II** – Multa;
- III** – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

11.2.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 11.1**, observados os seguintes limites máximos:

- a)** nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;
- b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 29

c) Em caso de não entrega do objeto ou rescisão do Contrato por culpa da Contratada: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 11.1** deste edital.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **item 11.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no **item 11.2.3** deste edital.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

11.5. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 30

da data da abertura do certame.

12.2. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico: **pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br**

14.2.1. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no Portal Compras.gov, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

12.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 31

13.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

13.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 32

isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

13.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site da Prefeitura (<https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>).

13.13. Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 -5554 / 4798 -7438.

13.14. Os casos omissos serão dirimidos pela **Secretária Municipal de Educação** com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

13.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

13.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.15.2. ANEXO I - 1A - Declaração de Vistoria das Rotas;

13.15.3. ANEXO I - 1B - Declaração de Opção Por Não Realizar a Visita Técnica;

13.15.4. ANEXO I - 1C - Aplicação dos Adesivos;

13.15.5. ANEXO I - 1D - Checklist Diário de Prevenção 2026;

13.15.6. ANEXO I - 1E - Controle de Frequência 2026;

13.15.7. ANEXO I - 1F - Checklist de Vistoria e Fiscalização do Transporte Escolar;

13.15.8. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

13.15.9. ANEXO III - Minuta de Contrato.

Mogi das Cruzes, em 18 de maio de 2026.

CLAUDIA HELENA ROMANOS PEREIRA

Secretária Municipal de Educação



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 33

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

➤ Trata o presente documento de termo de referência conforme disposto no art. 6º, inc. XXIII da Lei Federal 14.133/21

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

➤ A presente contratação tem por objetivo garantir a continuidade da prestação do serviço público essencial de transporte escolar gratuito, em conformidade com a Lei Municipal nº 7.410, de 10 de dezembro de 2018, que atribui à Administração Pública Municipal o dever de assegurar o deslocamento de estudantes residentes em zonas rurais, áreas de difícil acesso ou localizados a uma distância mínima de 2 (dois) quilômetros da unidade escolar mais próxima.

O transporte escolar é instrumento indispensável à efetivação do direito constitucional à educação básica obrigatória e gratuita, conforme art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, e art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). O serviço visa atender aos princípios da universalização do ensino e da equidade, especialmente para estudantes residentes em áreas com limitações de transporte público, garantindo deslocamento seguro, contínuo e adequado entre residências e unidades escolares da rede pública municipal.

A execução do contrato deverá observar normas ambientais e de segurança veicular, em conformidade com as Resoluções do CONAMA e do PROCONVE, bem como as normas do CONTRAN, incluindo as Resoluções nº 14/1998, nº 504/2014 e nº 916/2022, ou suas futuras atualizações.

A contratação deve assegurar continuidade, eficiência, segurança e regularidade do serviço, observando os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 34

➤ CATSER - 30176

Item	Quantidade	Un.	Especificação	Vlr Unitário	Vlr Total
1	17.200	KM	2.03.08.0330-2 TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO SME – LINHA: EM (R) HORÁCIO DA SILVEIRA (PROF.), Demais informações conforme Termo de Referência.	R\$ 33,00	R\$ 567.600,00

1.1. ESCOPO DO SERVIÇO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos devidamente credenciados, condutores habilitados e monitores/auxiliares, para o transporte diário de estudantes da rede pública municipal, de acordo com linhas e rotas definidas pela Divisão de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações detalhadas no **item 1.2.**

1.2. TABELA DE ITINERÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	KM ÚTIL DIÁRIA
01	UNIDADE ESCOLAR: EM (R) HORÁCIO DA SILVEIRA (PROF.) ENDEREÇO: Estrada Shiguera Yoneda, 1451 - Nagao MÉDIA DE QUILOMETRAGEM/DIA: 86 QUANTIDADE DE VEÍCULOS: 2 TIPO DE VEÍCULO: 1 Micro ônibus urbano e 1 Micro ônibus com tração 4x4 CAPACIDADE MÍNIMA: 44 passageiros (urbano) / 29 passageiros (tração 4x4) HORÁRIO DE REFERÊNCIA: 07h00 - 11h30, 13h00 - 17h00, 13h00 - 17h30	86



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 35

1.3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.3.1. O contrato terá prazo de 12 (doze) meses, correspondendo exclusivamente aos dias letivos previstos no calendário escolar oficial da Secretaria Municipal de Educação. Considera-se uma média de 200 dias letivos por exercício.

1.3.2. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 107, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantidas condições vantajosas para a Administração e mediante comprovação de interesse público, com concordância formal da CONTRATADA.

1.3.3. A Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente em razão de interesse público devidamente justificado, descumprimento total ou parcial das obrigações pela CONTRATADA, ou nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, observando os procedimentos legais e o contraditório, quando aplicável.

1.4. DEFINIÇÃO DE QUILOMETRO ÚTIL (KM ÚTIL)

1.4.1. Quilômetro útil é definido como a distância percorrida entre o primeiro ponto de embarque de alunos e a unidade escolar de destino, incluindo o percurso de retorno, com efetiva prestação do serviço.

1.4.2. Não serão considerados como quilômetros úteis os deslocamentos realizados sem o transporte de alunos, tais como o trajeto da garagem até o primeiro ponto de embarque, o retorno à garagem após o último desembarque, ou quaisquer deslocamentos realizados por conta exclusiva da CONTRATADA.

1.5. LOCAIS E CONDIÇÕES

1.5.1. O mapeamento detalhado das rotas, pontos de embarque/desembarque, quilometragem útil e demais informações operacionais encontram-se no **Anexo I - Mapeamento de Rotas e Linhas de Transporte Escolar**, que integra este Termo de Referência.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 36

1.5.2. Alterações nas rotas, pontos de embarque/desembarque ou quilometragem só podem ser implementadas mediante autorização prévia dos gestores designados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As modificações devidamente autorizadas deverão ser formalizadas em processo administrativo próprio, visando à consolidação de termo aditivo específico, quando aplicável, e registradas nos controles administrativos da CONTRATANTE, para fins de acompanhamento, medição e pagamento dos serviços executados.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O transporte escolar constitui-se como um serviço público essencial, diretamente vinculado ao cumprimento do dever constitucional do Estado em assegurar o acesso universal à educação básica, nos termos do artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, que estabelece como obrigação do Poder Público o atendimento ao educando, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e assistência à saúde.

No município de Mogi das Cruzes, a prestação desse serviço ganha relevância ainda maior diante das características geográficas e territoriais do município, cuja extensão territorial abrange áreas rurais de difícil acesso com condições limitadas de tráfego regular. Nessas localidades, residem diversas famílias com crianças em idade escolar, que, sem o suporte do transporte escolar, enfrentam graves dificuldades de deslocamento até as unidades de ensino da rede pública municipal.

Assim, o transporte escolar não se resume a uma simples atividade logística, mas representa um instrumento de inclusão social e garantia de direitos fundamentais, permitindo que os estudantes, especialmente aqueles residentes em áreas de menor infraestrutura viária, tenham assegurados o acesso, a permanência e a continuidade de seus estudos. Desse modo, a atuação da Secretaria Municipal de Educação na oferta do serviço não apenas cumpre o dever legal imposto pela Lei Municipal nº 7.410/2018, como também materializa o compromisso do Município com a equidade no acesso à educação.

A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça, em seu art. 4º,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 37

inciso VIII, que é dever do Estado garantir transporte escolar gratuito aos alunos da educação básica pública, contribuindo para reduzir a evasão escolar e promover igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Complementarmente, o art. 5º da mesma lei consagra o acesso à educação básica como direito público subjetivo, permitindo que qualquer cidadão ou o Ministério Público acione o poder público para exigí-lo, evidenciando o caráter obrigatório e inalienável desse direito.

No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 54, inciso VII, dispõe que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento ao ensino fundamental e médio por meio de programas suplementares de transporte, reafirmando a responsabilidade estatal na garantia do direito à educação.

Além do fundamento legal nacional, o transporte escolar é também sustentado por programas federais de fomento, como o instituído pela Lei nº 10.880/2004, que criou o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), posteriormente ampliado pela Lei nº 11.947/2009, de modo a abranger toda a educação básica, incluindo a educação infantil e o ensino fundamental. Essas políticas reforçam a importância de assegurar condições adequadas e seguras de deslocamento aos alunos da rede, especialmente nas áreas de baixa acessibilidade.

A Lei Federal nº 14.133/2021 também fundamenta a presente contratação, ao prever que a Administração deve adotar planejamento prévio, estudo técnico e gestão de riscos para garantir contratações eficientes, seguras e vantajosas para o interesse público. Nesse contexto, a terceirização do transporte escolar representa a solução técnica e economicamente mais adequada para atender às necessidades operacionais do Município, considerando a extensão das rotas, a necessidade de veículos especializados e o atendimento contínuo durante o calendário letivo.

Sob o ponto de vista técnico-operacional, a contratação de empresa especializada garante maior eficiência, regularidade e segurança na execução do serviço, considerando a necessidade de veículos adequados, condutores capacitados e gestão integrada das rotas.

Portanto, a contratação de empresa especializada para a execução do transporte escolar visa viabilizar a efetividade do direito à educação, superando as barreiras geográficas, sociais e econômicas que dificultam o acesso de crianças às escolas da rede municipal. O serviço contribui diretamente para reduzir a evasão escolar, promover a inclusão educacional e social e garantir a continuidade do processo de aprendizagem, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com os princípios



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 38

constitucionais da igualdade, continuidade do serviço público, eficiência, segurança e economicidade. Dessa forma, a oferta do transporte escolar gratuito pela Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes não apenas cumpre um mandamento legal, mas também traduz uma ação concreta de política pública, voltada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Solicitamos a contratação de empresa mediante licitação com fulcro na Lei 14.133/21 e alterações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. ABRANGÊNCIA E ATENDIMENTO

O serviço de transporte escolar será prestado exclusivamente aos estudantes da rede pública municipal de ensino, abrangendo todos os alunos devidamente matriculados nas unidades educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes, conforme demanda identificada.

O atendimento será realizado em conformidade com o calendário escolar e o cronograma apresentados no **item 1.2 – Tabela de Itinerários**, e detalhados no **Anexo I – Mapeamento de Rotas e Linhas de Transporte Escolar deste Termo de Referência**, garantindo a cobertura integral dos dias letivos, considerando:

I. Escolas Municipais (E.M.).

3.2. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ROTAS

O serviço inclui o planejamento, execução e monitoramento das rotas escolares, englobando:

I. Definição de itinerários: todas as linhas e pontos de embarque/desembarque, com identificação das escolas atendidas;

II. Quilometragem útil (km útil): medida entre o primeiro ponto de embarque e a unidade escolar, considerando o retorno; deslocamentos sem alunos a bordo (como da garagem até o primeiro ponto) não serão computados;

III. Capacidade e adequação dos veículos: os veículos devem atender às normas do CONTRAN, ao



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 39

Código de Trânsito Brasileiro, às resoluções do CONAMA e PROCONVE, e estar equipados com dispositivos de segurança (cintos de segurança, identificação escolar, tacógrafo ou GPS, extintor de incêndio e manutenção preventiva, bem como as demais exigências presentes neste Termo;

IV. Condutores e auxiliares: habilitação compatível, treinamento específico para transporte escolar, conhecimento das rotas, normas de segurança e primeiros socorros;

V. Monitoramento e controle operacional: registro diário de quilometragem, frequência de alunos, ocorrências de segurança ou imprevistos, relatórios periódicos à Secretaria Municipal de Educação.

3.3. SEGURANÇA E REGULARIDADE DO SERVIÇO

O serviço deverá garantir pontualidade, regularidade e segurança, atendendo integralmente o calendário escolar.

3.4. GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

A empresa **CONTRATADA** será responsável por:

- I. Gestão de frota e manutenção preventiva;
- II. Controle de documentação veicular e dos condutores, incluindo licenças, seguros, inspeções e comprovantes de treinamento;
- III. Comunicação com a Secretaria Municipal de Educação, garantindo a atualização sobre rotas, ocorrência de imprevistos e eventual necessidade de ajustes;
- IV. Registro e reporte de ocorrências, como atrasos, problemas mecânicos, acidentes ou situações de risco, com protocolos claros de comunicação à fiscalização do contrato;
- V. Relatórios periódicos para medição de quilometragem útil, frequência de alunos e avaliação da qualidade do serviço;
- VI. Atendimento integral às especificações, condições e demais descrições constantes neste Termo de Referência.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 40

3.5. FINALIDADE E IMPACTO SOCIAL

A prestação do transporte escolar constitui instrumento de inclusão social e de garantia de direitos fundamentais, assegurando que estudantes residentes em áreas rurais ou de difícil acesso tenham condições de frequentar regularmente as unidades de ensino da rede Municipal. O serviço contribui diretamente para:

- I. Redução da evasão escolar;
- II. Promoção da equidade educacional;
- III. Garantia do direito à aprendizagem e à frequência escolar, conforme previsto na Constituição Federal, LDB, ECA e Lei Municipal nº 7.410/2018;
- IV. Segurança e regularidade do deslocamento, atendendo aos padrões legais e de qualidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.6. EFICIÊNCIA TÉCNICA E ECONOMICIDADE

A contratação de empresa especializada permite:

- I. Planejamento e gestão profissional das rotas;
- II. Atendimento contínuo durante todo o calendário escolar;
- III. Uso de veículos adequados e condutores capacitados, com foco em segurança e conforto;
- IV. Cumprimento das normas legais e administrativas, assegurando eficiência, continuidade e economicidade do serviço prestado à população estudantil.

- Dessa forma, a solução apresentada integra planejamento, execução, monitoramento e controle operacional, garantindo que o transporte escolar municipal seja prestado de maneira segura, regular, eficiente e alinhada às políticas públicas de inclusão e ao direito constitucional à educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a execução do objeto contratual, é indispensável que a empresa vencedora do certame licitatório



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 41

atenda integralmente às exigências legais, técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, comprovando plena capacidade jurídica, técnica, operacional e fiscal para a adequada prestação dos serviços.

4.1. HABILITAÇÃO E REGULARIDADE JURÍDICA

4.1.1. Estar devidamente constituída e em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores, apresentando todos os documentos exigidos na fase de habilitação do processo licitatório, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021;

4.1.2. Comprovar regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e perante o FGTS, mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, nas esferas federal, estadual e municipal;

4.1.3. Apresentar cópia do contrato ou estatuto social atualizado, documentos pessoais do representante legal e demais comprovantes que atestem a legitimidade da empresa e de seus responsáveis.

4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

4.2.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis ou similares ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da contratante, o período de execução contratual, a descrição detalhada dos serviços prestados, a quantidade de veículos utilizados e a avaliação satisfatória quanto à qualidade e regularidade da execução.

A apresentação do atestado tem por objetivo comprovar a aptidão técnica e a experiência operacional da empresa para o desempenho das atividades, assegurando a qualidade, segurança e continuidade dos serviços a serem prestados.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 42

4.2.2 – DA APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS

4.2.2.1. Após a homologação do processo licitatório, os licitantes vencedores terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar os veículos destinados à execução do serviço de transporte escolar à Secretaria Municipal de Educação, para fins de vistoria e fiscalização, a fim de verificar se atendem às exigências estabelecidas neste edital e na legislação vigente, podendo ser prorrogável por mais 15 dias, desde que justificado e que seja vantajoso para a administração. **Modelo no ANEXO I – 1F.**

A vistoria terá como objetivo confirmar as condições de segurança, documentação, identificação e adequação dos veículos para a prestação do serviço de transporte escolar, sendo condição indispensável para o início da execução contratual.

4.2.3. Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e habilitados, especialmente condutores com Carteira Nacional de Habilitação (categoria D) e curso específico para transporte escolar, conforme exigências do CONTRAN e demais legislações pertinentes.

4.2.4. Possuir estrutura organizacional e recursos operacionais compatíveis com as demandas do serviço, incluindo equipe de gestão, manutenção e apoio administrativo;

4.2.5. Fornecer uniformes, EPIs, materiais e insumos adequados aos funcionários, observando normas de segurança e sustentabilidade.

4.2.6. Manter frota de veículos adequada e suficiente às rotas estabelecidas, vistoriada e em conformidade com normas técnicas e de segurança, incluindo identificação externa, equipamentos obrigatórios e dispositivos exigidos para transporte escolar.

4.3. DECLARAÇÃO DE VISTORIA DAS ROTAS

4.3.1. Apresentar a **Declaração de Vistoria das Rotas (modelo no ANEXO I - 1A)**, assinada por responsável, atestando visita técnica prévia a todas as rotas e pontos de embarque/desembarque,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 43

para conhecimento das condições de tráfego, distâncias, acessos e demais aspectos operacionais necessários à execução segura e eficiente do serviço.

4.3.1.2. A visita pode ser agendada preferencialmente através do telefone 4798- 5900 (Divisão de Transporte) com Jefferson Figueiredo de Moraes ou Jéssica Aparecida de Sousa Barboza Caldeira, ainda, através do e-mail: transporteescolar@se-pmmc.com.br.

4.3.2. Nos termos do art. 63, §3º da Lei Federal 14.133/2021, o(s) licitante(s) que optar(em) **por não realizar a visita técnica deverá(ão) apresentar declaração formal** assinada por seu responsável de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **(ANEXO I - 1B)**.

4.3.3. A visita técnica, que é facultativa, tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

4.4. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

4.4.1. Em observância à Lei Federal nº 9.660/1998, a **CONTRATADA** deverá comprovar que os veículos empregados na execução do serviço utilizam, preferencialmente, combustíveis de origem renovável (etanol, biodiesel ou similares) ou apresentar plano de adequação gradativa a esse padrão sustentável.

4.4.2. Adotar práticas de manutenção preventiva e corretiva que assegurem eficiência energética, redução da emissão de poluentes e destinação ambientalmente adequada de resíduos e peças substituídas;

4.4.3. Cumprir integralmente as normas ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis à atividade.

4.5. CONTINUIDADE E SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 44

4.5.1. Garantir a imediata substituição de veículos em caso de pane, avaria ou impossibilidade de operação, assegurando a continuidade do serviço sem prejuízo ao atendimento dos alunos;

4.5.2. Manter plano de contingência atualizado, bem como reserva técnica mínima equivalente a 30% (trinta por cento) do objeto contratado, não podendo ser inferior a 1 (um) veículo completo por linha contratada, ainda que o percentual resulte em número inferior.

Por exemplo, caso a empresa seja responsável por apenas 1 (uma) linha, deverá manter à disposição, no mínimo, 1 (um) ônibus reserva exclusivo para atendimento imediato.

A reserva técnica deverá estar disponível a qualquer tempo, de modo a garantir a continuidade do serviço em caso de falhas mecânicas, acidentes, manutenções, substituições programadas, ausências de motoristas, ou quaisquer outras intercorrências que possam comprometer a operação regular.

4.6. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.6.1. Permitir o livre acesso dos servidores da fiscalização contratual às garagens, veículos e demais instalações utilizadas na execução do serviço, em qualquer tempo, para fins de acompanhamento e verificação;

4.6.2. Comunicar imediatamente e por escrito, à Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional ou mecânica, alteração na frota, substituição de veículo, modificação de rota, veículos ou condutores designados, entre outros, apresentando a documentação comprobatória exigida, quando for o caso para que sejam adotadas as providências cabíveis, sob pena de descumprimento contratual;

4.6.3. Cumprir rigorosamente os horários e trajetos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando pontualidade, segurança e regularidade na execução do serviço;

4.6.4. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo limpeza diária, revisão mecânica, funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação e substituição de peças desgastadas, mantendo os veículos em perfeitas condições de uso;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 45

4.6.5. Manter os veículos permanentemente limpos, equipados com todos os dispositivos obrigatórios de segurança e identificação, assegurando condições adequadas de conforto e higiene aos estudantes transportados;

4.6.6. Atender com presteza às determinações, reclamações e notificações emitidas pela Administração ou pelo gestor do contrato, adotando imediatamente as providências necessárias à correção de eventuais falhas, incluindo a substituição de qualquer veículo que apresente defeito mecânico ou impossibilidade de tráfego, de modo a evitar a interrupção do serviço;

4.6.7. Zelar pela conduta dos motoristas e demais profissionais, garantindo tratamento respeitoso e adequado aos alunos, servidores e comunidade escolar;

4.6.8. Possuir unidade administrativa e garagem devidamente estruturada para os veículos cadastrados no serviço de transporte escolar, situadas obrigatoriamente no município de Mogi das Cruzes/SP, a fim de garantir gestão local eficiente e pronto atendimento às demandas operacionais. Caso a empresa vencedora ainda não possua sede ou estrutura instalada no município, deverá apresentar comprovante de endereço válido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, sujeito à verificação pela fiscalização contratual em até 03 (três) dias antes do início efetivo dos serviços.

4.6.9. Indicar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, funcionário responsável pela interlocução direta com os servidores designados como gestor e fiscal do contrato, informando nome completo, cargo/função, telefone corporativo e e-mail institucional. O representante designado atuará como ponto focal de comunicação e acompanhamento operacional, visando celeridade na resolução de demandas, emergências e intercorrências durante toda a vigência contratual.

4.7. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DOS VEÍCULOS

4.7.1. Cumprir integralmente normas do CTB, resoluções do CONTRAN e exigências deste Termo de Referência, assegurando segurança, conforto, higiene e acessibilidade;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 46

4.7.2. Os veículos utilizados no serviço não poderão ultrapassar os limites de idade estabelecidos no artigo 13 da Lei Municipal nº 7.410, de 26 de novembro de 2018, devendo manter a frota em conformidade com os parâmetros legais durante toda a vigência contratual.

4.7.3. Submeter todos os veículos à vistoria veicular semestral, realizada por profissional ou instituição reconhecida pelo DETRAN/SP, apresentando a Autorização de Trânsito Escolar emitida após homologação da vistoria. O documento deverá permanecer afixado em local visível no interior do veículo durante a operação.

4.7.4. Os veículos deverão estar dotados de todos os equipamentos exigidos pela legislação vigente, incluindo:

- I. Cintos de segurança em número igual à lotação do veículo;
- II. Lanternas de sinalização dianteiras e traseiras em perfeito funcionamento;
- III. Tacógrafo e hodômetro em plenas condições de uso, para controle de velocidade e quilometragem percorrida;
- IV. Letreiro eletrônico com identificação da linha/rota;
- V. Equipamentos de acessibilidade, incluindo plataforma elevatória e espaço adequado para acomodação de, no mínimo, 1 (uma) cadeira de rodas;
- VI. Demais dispositivos obrigatórios previstos no CTB e normas do CONTRAN/DETRAN-SP.

4.7.5. Garantir o monitoramento integral da frota, mediante:

- a) Instalação de sistema de câmeras de vídeo, sendo 1 (uma) voltada ao corredor do ônibus e 1 (uma) à cabine do motorista, com armazenamento das imagens em servidor próprio da empresa pelo período mínimo de 30 (trinta) dias;
- b) As imagens deverão ser fornecidas à Administração Municipal no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitadas;
- c) Instalação de sistema de rastreamento veicular por GPS, que possibilite o acompanhamento em tempo real dos deslocamentos e paradas, o controle das rotas pré-definidas e a emissão de alertas



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 47

(excesso de velocidade, desvios de rota etc.);

d) O sistema deverá permitir acesso remoto e online ao fiscal do contrato, com possibilidade de download de relatórios e dados de rastreamento, de modo a garantir fiscalização eficiente e transparente.

4.7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as seguintes apólices de seguro vigentes:

a) Seguro contra acidentes pessoais por passageiro e condutor, com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por morte acidental e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por invalidez permanente;

b) Quando o pagamento do seguro for parcelado, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento de cada parcela, sob pena de retenção dos valores contratuais;

c) Seguro total dos veículos, abrangendo cobertura contra colisão, incêndio, furto e roubo.

4.7.7. Preencher obrigatoriamente o Checklist Diário de Verificação (**ANEXO I - 1D - CHECKLIST DIÁRIO DE PREVENÇÃO 2026**), com atenção especial à inspeção completa do interior dos veículos, a fim de prevenir o esquecimento de crianças, objetos pessoais ou quaisquer ocorrências que comprometam a segurança dos alunos.

O checklist deverá ser arquivado e mantido à disposição da fiscalização contratual sempre que solicitado, constituindo instrumento indispensável de controle preventivo e segurança operacional.

O cumprimento e apresentação regular do Checklist de Verificação será considerado condição obrigatória para validação e autorização do pagamento das faturas mensais, sendo vedado o pagamento de valores referentes a períodos em que o documento não tenha sido devidamente apresentado e validado pela fiscalização.

4.7.8. Preencher obrigatoriamente o Controle de Frequência Mensal (**ANEXO I - 1E – CONTROLE DE FREQUÊNCIA 2026**), documento no qual deverão constar, de forma clara e precisa, as quantidades de dias efetivamente trabalhados, bem como a indicação de eventuais ocorrências que justifiquem prestações de serviço em dias divergentes do Calendário Escolar vigente.

O Controle de Frequência deverá conter, obrigatoriamente, o carimbo e ateste da Unidade Escolar



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 48

responsável pelo acompanhamento da execução do serviço, constituindo documento essencial para fins de conferência e validação contratual.

O cumprimento e a apresentação regular do Controle de Frequência serão considerados condições indispensáveis para a validação e autorização do pagamento das faturas mensais, sendo vedado o pagamento de valores correspondentes a períodos em que o documento não tenha sido devidamente apresentado, atestado e validado pela fiscalização contratual.

4.7.9. Manter os instrumentos de medição (hodômetro e tacógrafo) em perfeitas condições de funcionamento, garantindo registros precisos de quilometragem percorrida, horários e velocidades médias durante a execução do serviço.

Esses registros deverão ser enviados periodicamente à Administração Municipal, sempre que solicitados, e de forma obrigatória junto ao envio das faturas e notas fiscais para pagamento, constituindo documentos indispensáveis para validação e conferência pelo fiscal do contrato.

O pagamento das faturas estará condicionado à apresentação regular desses registros, sendo vedado qualquer pagamento referente a períodos em que os dados não tenham sido devidamente fornecidos e validados.

4.7.10. Apresentar Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado, dos veículos utilizados, juntamente com o contrato de aluguel ou cessão, quando aplicável.

Qualquer alteração, substituição de veículo ou emissão de novo documento deverá ser comunicada imediatamente ao gestor do contrato, com envio da documentação atualizada.

4.7.11. O(s) veículo(s) deverá(ão) ser(em) adesivado(s) conforme **ANEXO I - 1C - Aplicação dos Adesivos**, deste Termo de Referência.

4.7.12. Todos os veículos deverão ser do tipo Micro ônibus, e possuir as seguintes **características técnicas**:

- a) Entre Eixos Máximo: 4900 mm;
- b) Peso Bruto Total Máximo: 9300 kg;
- c) Comprimento Total Máximo: 9200 mm;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 49

d) Largura Total Máxima: 2380 mm;

e) Cor do Veículo: Branco ou Amarelo, com grafismo de acordo com a legislação vigente;

4.7.13. As janelas deverão ser travadas com limitador de abertura, evitando assim a sua total abertura.

4.8. OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR E DO MONITOR ESCOLAR

4.8.1. OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR

➤ O condutor do transporte escolar deverá atender aos seguintes requisitos e responsabilidades:

a) Ser portador de Carteira Nacional de Habilitação categoria D;

b) Ter idade mínima de 21 anos;

c) Apresentar certificação de curso de capacitação profissional vigente, específica para transporte escolar, devidamente registrada e homologada junto ao DETRAN;

d) Apresentar certidão negativa de infrações de trânsito dos últimos 12 (doze) meses;

e) Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, especialmente relativa a homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, conforme art. 49 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

f) Responsabilizar-se integralmente pela condução segura do veículo e pelo transporte dos alunos até o término do itinerário;

g) Realizar o embarque e desembarque exclusivamente em pontos previamente determinados no **Anexo I - Mapeamento de Rotas e Linhas de Transporte Escolar**, com atenção especial à segurança e integridade física dos estudantes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

h) Entregar os estudantes somente aos responsáveis legais ou pessoas autorizadas, mediante apresentação de declaração formal assinada pelo responsável, que deve estar registrada na unidade escolar e disponível aos monitores e condutores;

i) Permitir e facilitar a fiscalização por parte de órgãos competentes e pelo fiscal do contrato;

j) Efetuar solicitações de manutenção preventiva e corretiva dos veículos sempre que necessário, mantendo controle atualizado destas ações;

k) Relatar imediatamente à empresa qualquer irregularidade observada na execução dos serviços;

l) Manter conduta ética e respeitosa com estudantes, pais, monitores e demais servidores envolvidos.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 50

4.8.2. CONDUTAS PROIBIDAS AO CONDUTOR

- É expressamente proibido ao condutor:
 - a) Ausentar-se do veículo durante a prestação do serviço;
 - b) Abastecer ou realizar manutenção no veículo com estudantes a bordo;
 - c) Conduzir em excesso de velocidade ou sem observar rigorosamente as normas de trânsito;
 - d) Portar ou manter no veículo armas de fogo, armas brancas ou quaisquer objetos que possam representar risco à integridade física dos estudantes;
 - e) Adotar comportamentos que comprometam a atenção, a segurança ou a condução do veículo;
 - f) Dar carona a terceiros;
 - g) Parar fora dos pontos de embarque e desembarque previamente definidos.

4.8.3. OBRIGAÇÕES DO MONITOR ESCOLAR

- O monitor escolar deverá atender aos seguintes requisitos e responsabilidades:
 - a) Possuir formação adequada, comprovada por certificado de curso específico para monitoria em transporte escolar;
 - b) Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, conforme art. 49 do CTB, relativa a homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;
 - c) Atender estudantes, pais e responsáveis com cordialidade, atenção e presteza;
 - d) Conferir diariamente a presença de todos os estudantes na ida e na volta da escola, registrando informações no Checklist diário de segurança **(item 4.7.7.)** e comunicando imediatamente à unidade escolar qualquer ausência ou irregularidade;
 - e) Garantir que cada criança esteja segura, utilizando cinto de segurança, durante todo o trajeto;
 - f) Manter comunicação constante com pais e responsáveis, sempre que necessário;
 - g) Assegurar que nenhuma criança permaneça desacompanhada, em qualquer momento antes, durante ou após a viagem;
 - h) Acompanhar o embarque e desembarque individual de cada aluno;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 51

- i) Auxiliar o condutor no cumprimento dos horários e rotas estabelecidas;
- j) Contribuir para a manutenção da limpeza, higiene e condições adequadas de uso dos veículos, incluindo equipamentos obrigatórios, cintos de segurança e sinalização.

4.8.4. CONDUTAS PROIBIDAS AO MONITOR ESCOLAR

➤ É expressamente proibido ao monitor escolar:

- a) Ausentar-se do veículo durante a prestação do serviço;
- b) Deixar de acompanhar o embarque ou desembarque dos alunos;
- c) Permitir que estudantes permaneçam desacompanhados ou sem cinto de segurança;
- d) Interferir na condução do veículo de forma a comprometer a segurança;
- e) Transportar ou permitir o transporte de armas de fogo, armas brancas ou quaisquer objetos que possam representar risco à integridade física dos estudantes;
- f) Dar carona a terceiros ou permitir a presença de pessoas não autorizadas no veículo;
- g) Realizar atividades incompatíveis com suas funções durante o trajeto, como uso excessivo de celular pessoal ou outras distrações;
- h) Adotar comportamentos que comprometam a atenção, disciplina, segurança ou bem-estar dos alunos;
- i) Deixar de registrar ocorrências, faltas ou situações de risco no Checklist diário ou não comunicar imediatamente à unidade escolar ou à empresa.

4.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

➤ Para o fiel cumprimento do presente contrato, a **CONTRATANTE** deverá:

- a) Receber o objeto do contrato no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no Termo de Referência;
- b) Verificar, minuciosamente e dentro do prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços fornecidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 52

- c) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, determinando sua substituição, reparo ou correção;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, por meio dos servidores designados como gestor e fiscal de contratos, garantindo o monitoramento das rotas, a manutenção adequada da frota, o cumprimento rigoroso dos horários estabelecidos e a observância de todas as normas de segurança;
- e) Disponibilizar à **CONTRATADA** informações, documentos, rotas e cronogramas necessários para a adequada execução do serviço;
- f) Receber relatórios, checklists diários, controles de frequências, registros de hodômetro e tacógrafo, imagens de monitoramento e demais documentos de controle operacional, exigindo a entrega desses itens como condição para validação das notas fiscais e pagamento das faturas;
- g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, respeitando prazo e forma estabelecidos no Edital, condicionado à apresentação e validação dos documentos de controle exigidos;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos a terceiros decorrentes de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i) Fornecer suporte para a comunicação eficiente entre a **CONTRATADA**, os condutores, monitores e os gestores/fiscais do contrato, garantindo celeridade na solução de ocorrências e na adoção de medidas corretivas, quando necessário;
- j) Manter registro das fiscalizações, notificações e controles administrativos relativos ao contrato, assegurando a rastreabilidade das ações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

4.10. DAS PENALIDADES

- a) As penalidades serão as elencadas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, com suas alterações;
- b) A penalidade de advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o licitante vencedor ou contratado descumprir obrigação de menor gravidade;
- c) As multas serão aplicadas nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 53

(trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato, na forma estabelecida nos Decretos Municipais nº 6.758, de 6 de abril de 2006 e 10.662, de 5 de julho de 2010;

d) Aplica-se integralmente ao contratado, que não efetuar o fornecimento ou o serviço dentro do prazo estabelecido no edital e seus anexos, contrato, ata de registro de preços, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento congênere, o disposto no subitem "c" acima transcrito;

e) A **CONTRATADA** que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantida a defesa prévia e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e demais cominações legais;

f) Caso se mostrar insuficientes às penalidades do subitem "c" o contratado poderá ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos termos do artigo 156, da Lei 14.133/21;

g) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

h) O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato;

i) O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativamente ou judicialmente;

j) Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

4.11. DEFINIÇÃO E ALTERAÇÃO DE ROTAS

a) A definição das rotas, trajetos, pontos de embarque e desembarque, bem como demais especificações relativas ao itinerário do transporte escolar, será de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as rotas pré-



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 54

estabelecidas, observando a quilometragem útil prevista neste Termo de Referência.

b) A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, promover alterações nas rotas e trajetos, conforme necessidades operacionais, logísticas ou pedagógicas, devendo a contratada acatar e executar as modificações determinadas, sem que isso implique direito a qualquer indenização ou revisão contratual, desde que mantidos os limites da quilometragem útil estipulada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução dos serviços compreenderá o período correspondente aos dias letivos estabelecidos no calendário escolar oficial da Secretaria Municipal de Educação, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, observando-se as rotas, horários e pontos de embarque e desembarque definidos pela Administração.

A prestação dos serviços ocorrerá em remessas contínuas e parceladas, conforme a necessidade e solicitação da **CONTRATANTE**, devendo ser garantida a regularidade e continuidade do transporte durante todo o período letivo.

5.2. DO FLUXO DIÁRIO DE OPERAÇÃO

A execução do transporte escolar deverá seguir o fluxo operacional estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, abrangendo:

- a)** O embarque dos alunos nos pontos previamente definidos, respeitando os horários fixados para cada rota/linha;
- b)** O deslocamento seguro até as unidades escolares e o retorno aos respectivos pontos de origem;
- c)** A obrigatoriedade do cumprimento integral dos trajetos e horários autorizados, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato;
- d)** O acompanhamento constante por monitores capacitados, especialmente nas rotas com transporte de alunos da Educação Infantil e/ou com deficiência;
- e)** A realização de conferência e preenchimento do Checklist de Verificação antes e após cada percurso, conforme **item 4.7.7.** deste Termo de Referência.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 55

f) A entrega do Relatório de Frequência Mensal, devidamente preenchido e atestado pela Unidade Escolar, conforme **item 4.7.8.** deste Termo de Referência.

5.3. DO CONTROLE OPERACIONAL E COMUNICAÇÃO

- a)** A empresa CONTRATADA deverá manter comunicação direta e ininterrupta com a Secretaria Municipal de Educação, por meio do representante técnico designado.
- b)** O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a execução das rotas, substituição de veículos, motoristas ou eventuais intercorrências;
- c)** As solicitações e comunicações operacionais deverão ser formalizadas por meio de sistema eletrônico oficial adotado pela Administração (ex.: 1Doc, SEI), ou outro meio previamente definido;
- d)** O sistema de rastreamento veicular e o monitoramento por câmeras deverão ser utilizados também como instrumentos de acompanhamento em tempo real e controle da execução contratual.

5.4. DAS RESPONSABILIDADES OPERACIONAIS DA CONTRATADA

- a)** Garantir o transporte regular, seguro e pontual dos estudantes;
- b)** Assegurar que motoristas e monitores estejam devidamente uniformizados, identificados e cumpram as atribuições previstas neste Termo;
- c)** Manter veículos em perfeito estado de conservação, com revisões e manutenções preventivas em dia;
- d)** Efetuar a substituição imediata de veículos que apresentarem defeito, irregularidade ou qualquer condição que comprometa a segurança ou a continuidade do serviço;
- e)** Adotar medidas para minimizar riscos e garantir a integridade física dos alunos, priorizando a segurança e o bem-estar durante todo o trajeto.

5.5. DO ACOMPANHAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a)** Caberá à Secretaria Municipal de Educação o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, com base nas informações geradas pelos sistemas de rastreamento, checklists diários, relatórios de quilometragem e registros de ocorrências;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 56

- b) Os fiscais designados poderão realizar vistorias presenciais, auditorias e verificações documentais a qualquer momento;
- c) Ocorrências, reclamações ou interrupções deverão ser comunicadas imediatamente à Secretaria para adoção das medidas corretivas necessárias.

5.6. PROCEDIMENTOS EM CASO DE INTERCORRÊNCIAS

5.6.1. Em caso de intercorrências durante a execução dos serviços, tais como panes mecânicas, acidentes, atrasos, condições climáticas adversas, bloqueios de via, falhas de comunicação ou qualquer outra situação que comprometa o transporte regular dos alunos, a **CONTRATADA** deverá:

- a) Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, por meio do gestor e fiscal do contrato, a ocorrência e as providências adotadas;
- b) Acionar veículo reserva ou substituto, devidamente licenciado e vistoriado, de forma a restabelecer o serviço no menor tempo possível;
- c) Garantir, em qualquer hipótese, a segurança e integridade física dos estudantes, permanecendo responsável por sua guarda e proteção até o restabelecimento normal do transporte;
- d) Registrar o ocorrido em relatório de intercorrência, contendo data, hora, local, descrição dos fatos, medidas adotadas e identificação dos envolvidos, devendo encaminhá-lo à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Manter comunicação constante com os responsáveis pelos alunos, quando solicitado pela Secretaria, informando eventuais atrasos ou alterações de rota;
- f) Em caso de acidente, adotar imediatamente as medidas de socorro e segurança, acionando os órgãos competentes e comunicando formalmente à Secretaria no mesmo dia, enviando boletim de ocorrência, relatório técnico e demais documentos pertinentes.

5.6.2. As intercorrências que resultem em prejuízo à execução contratual, risco à segurança dos alunos ou descumprimento reiterado das obrigações contratuais poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

5.6.3. O não cumprimento dos procedimentos previstos neste item poderá implicar glosa nos



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 57

pagamentos, registro de não conformidade e advertência formal, sem prejuízo de demais medidas administrativas cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por representantes da Secretaria Municipal de Educação, designados por ato administrativo específico, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato. Compete a esses servidores acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços, dirimindo dúvidas e comunicando formalmente à Administração quaisquer ocorrências relevantes.

6.2. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento global da execução, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade dos serviços prestados e a observância das normas legais, técnicas e de segurança, emitindo pareceres e relatórios sempre que necessário.

6.3. O fiscal do contrato, por sua vez, será responsável pela verificação direta e diária dos serviços executados, incluindo o acompanhamento das rotas, horários, condições dos veículos, comportamento dos condutores e monitores, e registros dos checklists operacionais e de segurança.

6.4. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente designado e aceito pela **CONTRATANTE**, com poderes para representá-la administrativa e operacionalmente, garantindo o pronto atendimento de todas as solicitações e comunicações da fiscalização.

6.5. A comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será realizada por meio de correspondência oficial, relatórios e registros eletrônicos, incluindo o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp, desde que as conversas sejam passíveis de comprovação, registro e arquivamento por ambas as partes, de modo a garantir a rastreabilidade, transparência e segurança das informações trocadas.

6.6. Os relatórios de execução e acompanhamento deverão conter o registro de fatos relevantes,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 58

intercorrências, eventuais irregularidades e demais informações pertinentes à execução do serviço, servindo como instrumento de controle e avaliação do desempenho contratual.

6.7. Todos os atos, instruções e determinações emitidos pela gestão contratual são considerados emanados da própria **CONTRATANTE**, devendo ser integralmente observados e cumpridos pela **CONTRATADA**.

6.8. As condições que possam ensejar a inexecução parcial ou total do objeto, rescisão contratual, infrações e aplicação de sanções administrativas observarão o disposto nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais disposições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base em relatórios detalhados e documentações obrigatórias apresentados pela **CONTRATADA** e aprovados pelo fiscal do contrato. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias após a validação e aprovação dos relatórios**, somente após a confirmação da execução integral dos serviços contratados.

7.2. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA PAGAMENTO

- A **CONTRATADA** somente terá direito ao pagamento mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - I)** Checklist de Verificação diário, conforme **item 4.7.7.**, devidamente preenchido por motoristas e monitores antes e após cada trajeto;
 - II)** Documento de frequência dos dias trabalhados, discriminado por rota/linha, assinado pelo Diretor da unidade escolar ou, em sua ausência, por servidor responsável, lotado no cargo de Auxiliar de Apoio Administrativo da unidade, conforme disposto no **item 4.7.8.**;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 59

- III) Registros de rastreamento via GPS e crono tacógrafo, comprovando horários, quilometragem, velocidade e itinerário percorrido, devidamente certificados e inalteráveis;
- IV) Imagens das câmeras de segurança dos veículos, que deverão ser armazenadas pela **CONTRATADA** pelo período mínimo de 30 dias, podendo a Secretaria Municipal de Educação solicitar, para fins de fiscalização e validação do pagamento, amostras específicas conforme dias, horários e placas de veículos de sua escolha;
- V) Certidões fiscais que comprovem o cumprimento das obrigações tributárias da **CONTRATADA**;
- VI) Em caso de substituição de veículo, a documentação do veículo substituído deverá ser apresentada juntamente com os demais documentos obrigatórios, para validação do serviço prestado.

7.3. CONDIÇÕES PARA VALIDAÇÃO E LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO

7.3.1. A nota fiscal ou fatura apresentada à Secretaria Municipal de Educação ou ao responsável designado, deverá conter:

- I. Discriminação detalhada das quantidades de serviços prestados (km útil) e dias trabalhados;
- II. Indicação do número da Ordem de Serviço e do empenho correspondente;
- III. Memória de cálculo detalhada, demonstrando a composição dos valores cobrados, podendo ser apresentada diretamente na fatura ou em planilha anexa.

7.3.2. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação decorrente de penalidade ou inadimplência contratual;

7.3.3. Em caso de divergência ou erro na emissão da nota fiscal ou outro documento, o prazo para pagamento será interrompido até a regularização, reiniciando-se a contagem após a correção.

7.4. BASE DE CÁLCULO DO PREÇO

7.4.1. O preço será calculado com base no quilômetro útil percorrido, considerando as informações de cada linha/rota especificadas no **ANEXO I - Mapeamento de Rotas e Linhas de Transporte Escolar** deste Termo de Referência;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 60

7.4.2. A prestação dos serviços será realizada nos locais indicados no **ANEXO I - Mapeamento de Rotas e Linhas de Transporte Escolar**, podendo constar também na Ordem de Serviço (OS) ou na Autorização de Fornecimento (AF);

7.4.3. Todos os documentos mencionados no **item 7.2** são obrigatórios para a validação e liberação do pagamento, não sendo efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto não forem devidamente apresentados e conferidos.

8. NATUREZA, COMPLEXIDADE E FREQUÊNCIA DO OBJETO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. NATUREZA DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviço de transporte escolar para atender alunos da rede pública municipal de Mogi das Cruzes, abrangendo rotas urbanas e rurais. O Serviço é essencial para assegurar o direito constitucional à educação, promovendo acesso, permanência e continuidade escolar, conforme previsto no art. 208, VII, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 7.410/2018.

8.2. COMPLEXIDADE DO SERVIÇO

A execução do transporte escolar demanda alta complexidade operacional, envolvendo:

- I.** Planejamento e operação de rotas urbanas e rurais, considerando áreas de difícil acesso e relevo acidentado;
- II.** Controle e monitoramento de frota com veículos adaptados e equipamentos obrigatórios (cintos de segurança, tacógrafo, GPS, câmeras de monitoramento, plataforma elevatória para cadeirantes);
- III.** Gestão de condutores e monitores devidamente capacitados e certificados;
- IV.** Controle e fiscalização diária dos serviços, incluindo Checklist de Verificação, registros de frequência dos alunos, imagens das câmeras de segurança e dados de rastreamento;
- V.** Atendimento a demandas emergenciais, substituição imediata de veículos e comunicação direta com a Secretaria Municipal de Educação.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 61

8.3. FREQUÊNCIA DO SERVIÇO

O transporte escolar será prestado diariamente, durante todos os dias letivos estabelecidos pelo calendário escolar municipal, compreendendo:

- I. Ida e volta dos alunos às unidades escolares;
- II. Atendimento integral a todas as rotas previstas;
- III. Observância dos horários e itinerários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

8.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- I. O serviço terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) ou na Autorização de Fornecimento (AF), respeitando o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação;
- II. As atividades devem ser contínuas durante todo o período letivo, com interrupção apenas nos períodos de recesso escolar previstos oficialmente;
- III. Qualquer alteração no calendário, itinerário ou horários será previamente comunicada à **CONTRATADA**, que deverá adequar suas operações de forma imediata;
- IV. O acompanhamento diário da execução será realizado pela fiscalização do contrato, por meio de relatórios, registros eletrônicos, Checklist de Verificação, Controle de Frequência, dados de GPS e imagens de câmeras de segurança.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

9.1. FORMA DE SELEÇÃO

A seleção do contratado será realizada por meio de licitação na modalidade adequada à Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O processo licitatório terá como objeto a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de transporte escolar da rede pública municipal de Mogi das Cruzes.

9.2. CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS DE HABILITAÇÃO

- A empresa concorrente deverá comprovar, obrigatoriamente:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 62

- I. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista:** Conforme disposto no **item 4.1.;**
- II. Qualificação técnica e operacional:** Conforme **item 4.2;**
- III. Declaração de vistoria das rotas:** Conforme **item 4.3.** ou o(s) licitante(s) que optar (em) por não realizar a visita técnica deverá(ão) apresentar declaração formal assinada por seu responsável de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme **ANEXO I - 1B.**
- IV. Prova de sustentabilidade e responsabilidade ambiental:** Conforme **item 4.4.**

9.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

- I. Regularidade fiscal e jurídica:** empresas em situação irregular serão desclassificadas;
- II. Atendimento aos requisitos técnicos e operacionais:** será verificada a capacidade da empresa em atender todas as exigências do Termo de Referência, incluindo frota, condutores, monitores, equipamentos obrigatórios e sistemas de monitoramento;
- III. Experiência comprovada:** empresas com histórico de prestação de transporte, comprovada por atestados ou contratos anteriores;
- IV. Documentação complementar:** inclusão de plano operacional preliminar, proposta de rotas, cronograma de execução, manutenção de frota e medidas de contingência;
- V. Pontualidade e qualidade dos serviços:** critérios que serão avaliados com base em relatórios e registros emitidos por outros órgãos ou contratos anteriores, quando disponíveis.

9.4. OBSERVAÇÕES GERAIS

- I. Todas as comprovações de habilitação e documentação complementar** deverão ser enviadas dentro do prazo estipulado no edital;
- II. Empresas que não atenderem integralmente aos requisitos deste Termo de Referência** serão automaticamente desclassificadas;
- III. A fiscalização e a Administração Municipal** poderão solicitar esclarecimentos ou documentos adicionais, a qualquer momento, durante a fase de habilitação ou execução contratual.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 63

10.1. BASE DE CÁLCULO

➤ O valor estimado da contratação deverá considerar:

- I. O quilômetro útil percorrido por cada linha/rota definida no Termo de Referência;
- II. O número total de veículos necessários, incluindo frota reserva para contingências;
- III. A frequência diária e semanal dos serviços, conforme o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação;
- IV. Custos relacionados à manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- V. Despesas com combustíveis, observando preferência por combustíveis renováveis ou biocombustíveis;
- VI. Remuneração de motoristas e monitores, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários e demais benefícios legais;
- VII. Custos administrativos e operacionais da empresa, incluindo gestão, controle de rotas, sistemas de monitoramento, tacógrafos, câmeras de segurança e relatórios exigidos pela fiscalização.

10.2. ESTIMATIVA PRELIMINAR

Considerando o levantamento de mercado e dados das rotas, o valor total estimado será apresentado em planilha detalhada, contendo:

- I) Linha/rota
- II) Quilometragem diária e mensal
- III) Número de viagens por dia
- IV) Tipo de veículo necessário (micro ônibus)
- V) Número de alunos transportados
- VI) Valor unitário por quilômetro útil
- VII) Total estimado por linha/rota
- VIII) Subtotal da frota
- IX) Valor de contingência/frota reserva
- X) Valor global estimado da contratação anual



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 64

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO

A seleção do fornecedor deve ocorrer seguindo o critério de menor preço por valor global.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo encontram-se as dotações e vínculos utilizados:

DOTAÇÃO	VÍNCULO
171	01.220.0000

13. CERTIFICAÇÃO

Certificamos que este documento atende integralmente os requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º, incisos do § 1º do art. 40, da lei nº 14.133, de 2021.

Elaborado por:

JÉSSICA AP. DE SOUZA BARBOZA CALDEIRA

Assessora da Divisão de Recursos e Transporte Escolar

Revisado por:

BRUNO BALOGH REDONDO

Auxiliar de Apoio Administrativo - DAF

Revisado e Autorizado por:

JEFFERSON FIGUEIREDO DE MORAES

Chefe de Divisão - DRTE

Revisado e autorizado por:

RODRIGO SAVERINO BUS

Diretor de Departamento

CLAUDIA HELENA ROMANOS PEREIRA

Secretária Municipal de Educação



ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

MAPEAMENTO DE ROTAS E LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR

1. FINALIDADE

Este anexo tem como objetivo detalhar as rotas e linhas de transporte escolar da rede pública municipal de Mogi das Cruzes, garantindo clareza na execução do serviço, acompanhamento da fiscalização e segurança no transporte dos estudantes.

2. ESTRUTURA DO MAPEAMENTO

ITEM	ESCOLA ATENDIDA	ÁREA/ REGIÃO	PERÍODO	TURNO	HORÁRIO ENTRADA	HORÁRIO SAÍDA	DISTÂNCIA (KM DIÁRIO ÚTIL)	QTDE ALUNOS	QTDE ÔNIBUS	CAPACIDADE MÍNIMA/ ESPECIFICAÇÃO
1	EM (R) HORÁCIO DA SILVEIRA	ZONA RURAL	PARCIAL	MANHÃ	07:00	11:30	86 km	59	2	1 MICRO ÔNIBUS 44 LUGARES E 1 MICRO ÔNIBUS 4X4 29 LUGARES
				TARDE	13:00	17:30		48		
TOTAL							86 km	107	2	



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 66

ANEXO I - 1A

DECLARAÇÃO DE VISTORIA DAS ROTAS

Processo Administrativo nº: _____

Edital nº: _____

Modalidade: _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública municipal de ensino de Mogi das Cruzes/SP

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que realizou **vistoria técnica in loco** nas rotas e linhas previamente estabelecidas pela **Secretaria Municipal de Educação de Mogi das Cruzes**, constantes do Anexo I deste Termo de Referência, com o objetivo de conhecer e avaliar as condições reais de execução dos serviços, incluindo:

- O estado de conservação e trafegabilidade das vias e estradas;
- As condições de acesso aos pontos de embarque e desembarque dos alunos;
- As características das rotas em áreas urbanas e rurais, incluindo trechos de difícil acesso;
- A distância total e quilometragem útil entre os pontos de origem e destino;
- As condições de segurança e sinalização do trajeto;
- O tempo médio de deslocamento e demais fatores que possam influenciar a operação do transporte escolar.

Declara, ainda, estar plenamente ciente das condições locais e ambientais de execução dos serviços, assumindo total responsabilidade pela adequação dos veículos, condutores e estrutura operacional necessária para o atendimento das rotas vistoriadas, comprometendo-se a executar o serviço conforme as exigências contratuais, técnicas e legais estabelecidas pela Administração Municipal.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome completo: _____

Cargo/Função: _____

RG nº: _____ **CPF nº:** _____

Telefone: _____ **E-mail:** _____

Data(s) da vistoria: _____

(Nome e assinatura do responsável técnico da empresa)

Carimbo da empresa

Mogi das Cruzes, xx de _____ de 2026.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 67

ANEXO I - 1B

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA
(elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

Assinatura

Nome Completo

Qualificação do representante da empresa



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 68

ANEXO I - 1C

APLICAÇÃO DOS ADESIVOS

**** APLICACAO DOS ADS REFLETIVOS (FAIXAS BRANCA E VERMELHA) DEVM SER CONFORME A NORMA CONTRAN ****





MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 69

**** APLICACAO DOS ADS REFLETIVOS (FAIXAS BRANCA E VERMELHA) DEVM SER CONFORME A NORMA CONTRAN ****





ANEXO I - 1D
CHECKLIST DIÁRIO DE PREVENÇÃO 2026

Empresa Contratada: _____

Nome do Motorista: _____

Nome do Monitor: _____

Data: ____/____/____

Turno: () Manhã () Tarde

1. ANTES DA SAÍDA DA GARAGEM

Item	Verificado? (✓)	Observações
1.1. Verificação do número de alunos previstos no trajeto	[]	
1.2. Sistema de chamada em mãos (lista ou aplicativo)	[]	
1.3. Condições de segurança do veículo inspecionadas	[]	

2. DURANTE O EMBARQUE

Item	Verificado? (✓)	Observações
2.1. Chamada dos alunos na entrada do veículo	[]	
2.2. Acompanhamento de alunos pequenos ou com deficiência até o assento	[]	
2.3. Cinto de segurança afivelado em todos os alunos	[]	



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 71

3. DURANTE O DESEMBARQUE

Item	Verificado? (✓)	Observações
3.1. Chamada dos alunos na saída do veículo	[]	
3.2. Acompanhamento dos alunos até o portão da escola (ou responsável)	[]	
3.3. Comunicação de ausência não justificada à coordenação escolar	[]	

4. ENCERRAMENTO DO TRAJETO

Item	Verificado? (✓)	Observações
4.1. INSPEÇÃO COMPLETA do interior do veículo (assentos, debaixo dos bancos, fundos)	[]	
4.2. Verificação de mochilas, materiais ou objetos esquecidos	[]	
4.3. Confirmação de veículo vazio antes de sair da escola/garagem	[]	
4.4. Assinatura do motorista e monitor confirmando a inspeção	[]	

Assinatura do Motorista: _____

Assinatura do Monitor: _____

⚠ IMPORTANTE: Este checklist deverá ser mantido pela empresa, encaminhado à SME junto com o controle de frequência e estar disponível para fiscalização da Secretaria Municipal de Educação a qualquer momento.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 72

ANEXO I - 1E

CONTROLE DE FREQUÊNCIA 2026

CONTRATO: XX/202X

EMPRESA: _____

UNIDADE ESCOLAR: _____

MÊS DE REFERÊNCIA: _____

DIAS - CALENDÁRIO ESCOLAR: XX (_____)

• QUANTIDADE DE DIAS TRABALHADOS: _____

OCORRERAM EVENTOS QUE JUSTIFIQUEM OS DIAS TRABALHADOS FORA DO PERÍODO DE DIAS INDICADOS NO CALENDÁRIO ESCOLAR: ☐ NÃO | ☐ SIM, INFORME ABAIXO:

OBSERVAÇÕES (SE HOUVER):

☐ DECLARO, PARA FINS DE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL, QUE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR FORAM PRESTADOS A CONTENTO NESTA UNIDADE.

NOME: _____

RGF: _____

ASSINATURA: _____

CARIMBO DA UNIDADE ESCOLAR:



ANEXO I - 1F

CHECK-LIST DE VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Finalidade: Instrumento oficial para vistoria inicial, fiscalização periódica e fiscalização extraordinária dos serviços de transporte escolar, visando garantir segurança dos alunos, regularidade da prestação do serviço e conformidade legal e contratual.

1. IDENTIFICAÇÃO DA VISTORIA

Contrato nº / Processo nº: _____

Empresa contratada: _____

CNPJ: _____

Data da vistoria: _____ Hora: _____

Tipo de vistoria: () Inicial () Rotina () Extraordinária

Fiscal/Gestor responsável: _____

Unidade escolar / Linha / Rota: _____

Veículo vistoriado (placa / prefixo): _____

2. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Contrato social/estatuto atualizado				
Regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal)				
FGTS e INSS regulares				
Atestado(s) de capacidade técnica compatível(is)				
Preposto formalmente designado				
Declaração de vistoria das rotas				



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 74

3. DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
CRLV vigente				
Autorização para Transporte Escolar (DETRAN)				
Vistoria veicular obrigatória válida				
Seguro total do veículo				
Seguro de acidentes pessoais – passageiros				
Contrato de locação/cessão (quando aplicável)				

4. CONDIÇÕES GERAIS DO VEÍCULO

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Tipo e capacidade compatíveis com o contrato				
Ano/modelo dentro do limite legal/contratual				
Conservação da carroceria e pintura				
Limpeza interna e externa				
Identificação visual conforme legislação				

5. ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Cintos de segurança em todos os assentos				
Iluminação e sinalização em funcionamento				
Extintor de incêndio válido e acessível				
Janelas com limitadores de abertura				
Tacógrafo e hodômetro funcionando				
Letreiro/identificação de transporte escolar				



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 75

6. ACESSIBILIDADE

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Plataforma elevatória operacional				
Espaço reservado para cadeirante				
Cintos e fixadores específicos				

7. SISTEMAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Sistema de câmeras internas				
Armazenamento mínimo das imagens				
Rastreamento por GPS ativo				
Acesso da fiscalização aos sistemas				
Relatórios de rota, paradas e velocidade				

8. MANUTENÇÃO, CONTINGÊNCIA E RESERVA TÉCNICA

ITEM VERIFICADO	C	NC	NA	EVIDÊNCIA
Plano de manutenção preventiva				
Registro de manutenções corretivas				
Plano de contingência operacional				
Veículo reserva disponível				
Procedimento de substituição imediata				



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 76

9. CONCLUSÃO DA VISTORIA

- () APTO para contratação / continuidade do serviço
- () APTO COM RESSALVAS – condicionado à regularização
- () INAPTO – impedido até saneamento das irregularidades

OBSERVAÇÕES FINAIS:

Responsáveis Fiscalização:



ANEXO II

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar
Mogi das Cruzes - São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00008332/2026-53

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PREZADOS SENHORES:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

Item	CATSER	Qtde. Veículos	Unid.	Especificação	Valor Km Rodado (R\$)	Valor Global (R\$)

(*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item CATSER mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do serviço existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL GERAL :

DADOS BANCÁRIOS: _____

DECLARAMOS QUE:

. Em nossos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes no fornecimento, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, estando, portanto, ofertado(s) preço(s) à vista.

. Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 78

vigentes na data de entrega das propostas.

. A entrega dos materiais será efetuada de conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias contados da data de envio da proposta.

. Conhecemos as condições do Edital e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL CONTRATO:

Da Empresa	Do responsável pela assinatura do contrato
<ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço completo• Filial representante (se houver)• CNPJ• Inscrição Estadual• E-mail• Telefone(s)	<ul style="list-style-type: none">• Nome• Nacionalidade• Estado Civil• Cargo• CPF• RG (nº e órgão expedidor)• Data de nascimento• Endereço residencial completo• E-mail institucional• E-mail pessoal• Telefone(s)



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 79

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E A EMPRESA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Pelo presente Instrumento contratual, integrado especialmente pelo Processo Administrativo nº 3530607.422.00008332/2026-53 - SEI, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, n.º 277, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, **CLAUDIA HELENA ROMANOS PEREIRA**, portador da CIRG nº e inscrito no CPF/MF nº, e de outro lado a Empresa, entidade jurídica de direito privado, com sede à Rua, nº, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual nº, neste ato representada pelo Sr..... portador da cédula de identidade RG e do CPF, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, tudo na forma, especificações que integram o processo supracitado, o qual doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento contratual, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), mediante as seguintes cláusulas e sob as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Obriga-se a **CONTRATADA**, pelo presente Contrato, a executar para o **CONTRATANTE**, os serviços de **TRANSPORTE ESCOLAR, VISANDO ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 38/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Contratual vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 38/2026** e seus anexos, em todos os seus termos, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

3.1 - Os pagamentos serão mensais, em **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação e aprovação da Nota Fiscal pela Secretaria solicitante;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 80

3.2 - Pagará o CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços, objeto do presente Contrato, o valor mensal por km de R\$ (.....), perfazendo o valor global de R\$ (.....),

3.3 - As informações adicionais de medição e pagamentos se encontram no **Anexo I - Termo de Referência deste Edital**.

CLÁUSULA QUARTA - SERÁ OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

4.1 - A CONTRATADA deverá prestar os serviços com presteza e eficiência, dentro dos padrões exigidos pela Administração da CONTRATANTE, obrigando-se, especialmente a:

4.2 - Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou executor do contrato;

4.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.4 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

4.5 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6 - É proibido à CONTRATADA, na execução dos serviços, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos;

4.7 - Permitir o livre acesso dos servidores da fiscalização contratual às garagens, veículos e demais instalações utilizadas na execução do serviço, em qualquer tempo, para fins de acompanhamento e verificação;

4.8 - Comunicar imediatamente e por escrito, à Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional ou mecânica, alteração na frota, substituição de veículo, modificação de rota, veículos ou condutores designados, entre outros, apresentando a documentação comprobatória exigida, quando for o caso para que sejam adotadas as providências cabíveis, sob pena de descumprimento contratual;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 81

4.9 - Cumprir rigorosamente os horários e trajetos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, assegurando pontualidade, segurança e regularidade na execução do serviço;

4.10 - Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo limpeza diária, revisão mecânica, funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação e substituição de peças desgastadas, mantendo os veículos em perfeitas condições de uso;

4.11 - Manter os veículos permanentemente limpos, equipados com todos os dispositivos obrigatórios de segurança e identificação, assegurando condições adequadas de conforto e higiene aos estudantes transportados;

4.12- Atender com presteza às determinações, reclamações e notificações emitidas pela Administração ou pelo gestor do contrato, adotando imediatamente as providências necessárias à correção de eventuais falhas, incluindo a substituição de qualquer veículo que apresente defeito mecânico ou impossibilidade de tráfego, de modo a evitar a interrupção do serviço;

4.13 - Zelar pela conduta dos motoristas e demais profissionais, garantindo tratamento respeitoso e adequado aos alunos, servidores e comunidade escolar;

4.14 - Possuir unidade administrativa e garagem devidamente estruturada para os veículos cadastrados no serviço de transporte escolar, situadas obrigatoriamente no município de Mogi das Cruzes/SP, a fim de garantir gestão local eficiente e pronto atendimento às demandas operacionais. Caso a empresa vencedora ainda não possua sede ou estrutura instalada no município, deverá apresentar comprovante de endereço válido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato, sujeito à verificação pela fiscalização contratual em até 03 (três) dias antes do início efetivo dos serviços.

4.15 - Indicar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, funcionário responsável pela interlocução direta com os servidores designados como gestor e fiscal do contrato, informando nome completo, cargo/função, telefone corporativo e e-mail institucional. O representante designado atuará como ponto focal de comunicação e acompanhamento operacional, visando celeridade na resolução de demandas, emergências e intercorrências durante toda a vigência contratual.

4.16 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado, sem prévia anuência escrita da CONTRATANTE.

4.17 - A CONTRATADA deverá prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração da CONTRATANTE;

4.18 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 82

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto desta contratação.

4.19 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços contratados, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

4.20 - Responder pelo pagamento dos salários à mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, tributos e outras providências e obrigações necessárias aos serviços;

4.21 - A CONTRATADA obriga-se a prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, todos os serviços necessários à correção de falhas ou defeitos verificados nos serviços deste Contrato, sempre que a ela imputáveis.

4.22 - Indicar representante ou gestor (nome, telefone e e-mail) que representará a contratada na execução do contrato e para fins de dirimir quaisquer dúvidas, sugestões, reclamações ou solicitações advindas da entrega e qualidade do serviço prestado;

4.23 - Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços, em observância ao inciso I, do art. 53, do Decreto Municipal nº 22.435/2024;

4.24 – No que for pertinente, a empresa deverá se ater as disposições da Lei Federal 13.709/18 - LGPD - quanto a proteção dos dados tanto da Prefeitura quanto dos beneficiários.

4.25 - Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº **38/2026** que ficam fazendo parte do presente contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - SERÁ OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE:

5.1 - Expedir a respectiva Ordem de Serviço;

5.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência;

5.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 83

os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.4 - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.5 - Receber relatórios, checklists diários, controles de frequências, registros de hodômetro e tacógrafo, imagens de monitoramento e demais documentos de controle operacional, exigindo a entrega desses itens como condição para validação das notas fiscais e pagamento das faturas;

5.6 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, respeitando prazo e forma estabelecidos no Edital, condicionado à apresentação e validação dos documentos de controle exigidos;

5.7 - Nomear servidor para exercer a função de gestor do contrato, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a responsabilidade do órgão fiscalizador deverão ser direcionadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

5.8 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio dos servidores designados como gestor e fiscal de contratos, garantindo o monitoramento das rotas, a manutenção adequada da frota, o cumprimento rigoroso dos horários estabelecidos e a observância de todas as normas de segurança.

5.9 - Disponibilizar à CONTRATADA, informações, documentos, rotas e cronogramas necessários para a adequada execução do serviço;

5.10 - Fornecer suporte para a comunicação eficiente entre a CONTRATADA, os condutores, monitores e os gestores/fiscais do contrato, garantindo celeridade na solução de ocorrências e na adoção de medidas corretivas, quando necessário;

5.11 - Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao **Pregão Eletrônico nº 38/2026** que ficam fazendo parte do presente contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA - Correrão por conta da CONTRATADA toda mão-de-obra, equipamentos, materiais e tudo o mais que necessário for para a completa e satisfatória execução das obras ou serviços, bem assim, responsabilizando-se pelos encargos tributários, previdenciários e o cumprimento das normas relativas à saúde e à segurança no trabalho de seus empregados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 84

7.1 - A execução das obrigações contratuais desta licitação será fiscalizada pelo Gestor do Contrato, com autoridade para exercer, como representante da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo-lhe entre outras atribuições:

7.1.1 - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do art. 19 do Decreto 22.449/24;

7.1.2 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência

7.1.3 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo tomar providências no caso de eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

7.1.4 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

7.1.5 - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 19 do Decreto Municipal 22.449/24;

7.1.6 - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

7.1.7 - A Atuação do Gestor do Contrato deverá ser conforme os art. 20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>

7.1.8 - A gestão do contrato ficará sob responsabilidade do servidor:

xxxxxx

CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL:

8.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços indicados pela Secretária Solicitante, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxx



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 85

8.2 - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>

8.3 - Compete ao fiscal:

8.3.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

8.3.2 - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.3.3 - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.3.4 - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

8.3.5 - Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/24.

CLÁUSULA NONA - DA RESERVA DE CARGOS:

9.1 - A Contratada deverá cumprir com a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA - ANTICORRUPÇÃO:

10.1 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 86

11.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e seguintes, desde que mantidas condições vantajosas para a Administração e mediante comprovação de interesse público, com concordância formal da CONTRATADA.

11.2 - A prorrogação contratual sucederá, a requerimento da contratada, caso ocorra necessidade e seja esta devidamente justificada e comprovada, em procedimento administrativo regular, dentro das disposições legais.

11.3 - Este contrato tem o início da vigência após a emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa, correrão por conta da dotação nº:

02.07.01.12.361.7000.2.902.3.3.90.39.00 - Dotação = 171

Vínculo: 01.220.0000 - Recursos Próprios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Foi emitida a Nota de Reserva nºs., no valor de R\$ (.....), às contas das dotações orçamentárias especificadas na cláusula anterior, para atendimento das despesas inerentes ao presente Contrato. No exercício vindouro, nova dotação deverá ser prevista para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE:

14.1 - Os preços contratados não serão reajustados no período de 12 (doze) meses conforme dispõe artigos 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021.

14.2 - Após esse período, os preços poderão ser reajustados na forma da Lei, devendo a contratada solicitar por meio de requerimento regular protocolado junto a Prefeitura de Mogi das Cruzes, e a partir da data do requerimento, caso tenha sido formulado após os doze primeiros meses de vigência contratual, e será considerado o índice de variação de preços IPCA-Geral acumulado no período apurado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

14.3 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 87

15.1 - Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 - Pelas infrações previstas no **item 15.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

15.2.2 - A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 15.1**, observados os seguintes limites máximos:

a) Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

c) Em caso de não entrega do objeto ou rescisão do Contrato por culpa da Contratada: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 88

15.2.3 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 15.1** deste Contrato.

15.2.4 - A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 15.2.3 deste Contrato.

15.3 – Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 – A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

15.5 – As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

15.6 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.7 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO:

16.1 - São hipóteses para a extinção contratual:

16.1.1 - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, e



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 89

finalizado o prazo de vigência.

16.1.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3 - Indenizações e multas.

16.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.5 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TRABALHISTA E DA CONDIÇÃO PARA PAGAMENTO

17.1. A CONTRATADA/PARCEIRA obriga-se a manter e a apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, mensalmente, antes da data prevista para o repasse de recursos financeiros, ou a qualquer tempo quando solicitada, sob pena de imediata suspensão dos pagamentos, toda a documentação comprobatória do integral cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de todos os seus empregados alocados, direta ou indiretamente, na execução do objeto deste instrumento.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 90

17.2. A comprovação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante a apresentação de cópias legíveis dos seguintes documentos, em relação à folha de pagamento do mês de competência anterior ao do repasse, sem prejuízo de outros que a fiscalização do MUNICÍPIO julgar necessários para a cabal verificação da regularidade:

1. a) Registro de ponto individualizado dos empregados;
2. b) Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, devidamente assinados pelos empregados;
3. c) Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento equivalente do eSocial, com o respectivo comprovante de quitação bancária;
4. d) Recibos de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional constitucional, quando for o caso;
5. e) Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) dos empregados dispensados no período, acompanhados dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e da guia de recolhimento da multa do FGTS;
6. f) Comprovantes de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, ou de outros benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria.

17.3. A não apresentação da documentação listada no prazo estipulado, ou sua apresentação de forma incompleta, irregular ou com indícios de fraude, acarretará, de pleno direito e independentemente de notificação prévia, a **SUSPENSÃO IMEDIATA** de todos os pagamentos e repasses de recursos devidos pelo MUNICÍPIO no âmbito deste ajuste, até a completa regularização da pendência, a critério exclusivo da fiscalização. A referida suspensão não gerará direito à CONTRATADA/PARCEIRA a qualquer tipo de reajuste, correção monetária, juros ou indenização por parte do MUNICÍPIO, configurando-se como exercício regular de direito da Administração Pública.

17.4. A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO e a exigência de apresentação dos documentos aqui previstos não excluem, não diminuem, não compartilham nem transferem a responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA/PARCEIRA por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento. A atuação do MUNICÍPIO tem caráter meramente cautelar, visando a mitigar os riscos de sua responsabilização subsidiária ou solidária por eventuais inadimplementos de terceiros, em conformidade com o seu poder-dever de fiscalização e tutela do erário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes, para o deslinde de todas as questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 2 (duas) vias originais, digitadas apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando uma via com o CONTRATANTE e a outra com a CONTRATADA, tudo na presença de duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais. Eu,, o lavrei.

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, em ... de de 2026



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 91

CLAUDIA HELENA ROMANOS PEREIRA

Secretária Municipal de Educação

CONTRATADA

Nome e Cargo do Representante

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 92

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO: _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - FLS. Nº 93

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: _____
CNPJ Nº _____
CONTRATADA: _____
CNPJ Nº: _____
CONTRATO: _____
DATA DA ASSINATURA: _____
VIGÊNCIA: _____
OBJETO: _____
VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

MOGI DAS CRUZES, em ... de de 2026.

CLAUDIA HELENA ROMANOS PEREIRA
Secretária Municipal de Educação